

IDENTIDADE TERRITORIAL E DISCURSOS IDEOLÓGICOS

Territorial identity and ideological discourses

Leonardo Ravaglia Ferreira Gonçalves*
Maria Geralda de Almeida**

***Universidade Federal de Goiás - UFG / Goiânia, Goiás**
leonardorf@gmail.com

****Universidade Federal de Goiás - UFG / Goiânia, Goiás**
mgdealmeida10@gmail.com

RESUMO

Objetiva-se com este artigo fomentar a reflexão sobre o conceito de identidade territorial de forma relacional a outros conceitos comuns à Geografia e à Sociologia, como território, territorialidade, ideologia e Estado. Para isso, realiza-se pesquisa teórica por meio de levantamento bibliográfico, notadamente utilizando-se a abordagem da geografia cultural, para uma discussão teórica dos conceitos na legitimação de discursos. O conceito de território abarca uma multiplicidade de ideias que explicitam embates e tensões que permeiam as relações sociais como um todo. Se o território é o espaço de mediação das relações de poder, a identidade territorial se situa como a prática discursiva dos sujeitos e a forma como essa prática se legitima histórica, simbólica e discursivamente perante os membros do território e os sujeitos externos. Conclui-se que a identidade territorial é construída ao longo de relações de domínio e apropriação do espaço nas mediações espaciais do poder, podendo ser produzida ideologicamente, com influências internas e externas, por meio de discursos de sujeitos sociais com maior poder de influência. Assim, possibilita-se à identidade territorial estar mais relacionada ao espaço concebido do que efetivamente ao vivido, não sendo forjada de forma equânime pelos diversos grupos sociais. Entretanto, a identidade se baseia em uma estrutura de poder multiescalar assimétrica utilizada como instrumento de controle territorial por governos de diversas regiões do mundo.

Palavras-chave: Estado. Identidade. Hegemonia. Ideologia. Território.

ABSTRACT

The purpose of this article is to instigate the reflection on the concept of territorial identity relating it to other concepts common to Geography and Sociology, such as territory, territoriality, ideology, State. For this, it was carried theoretical research throughout a bibliographical collection, notably using the approach of cultural geography, starting from the theoretical discussion of territory and getting in to the use of such concepts in the legitimation of discourses. The concept of territory embraces a multiplicity of ideas that we cannot consider homogeneous, explaining the shocks and tensions that permeate social relations as a whole. If territory is the space of mediation of power relations, territorial identity is the discursive practice of these social agents and the way in which this practice legitimizes historically, symbolically, discursively towards the territory members and the external agents. We conclude that territorial identity is built along the relations of domains and appropriation of space, in the spatial mediations of power, and can be produced ideologically, with internal and external influences, through the discourse of social agents with greater power of influence. Thus, it is possible for territorial identity to be more related to the conceived space than the one effectively lived, not being forged equitably by the various social groups. However, the identity is based on an asymmetric multi-scale power structure used as an instrument of territorial control by governments of many regions of the world.

Keywords: State. Identity. Hegemony. Ideology. Territory.

1. INTRODUÇÃO

Apesar da possibilidade de ser analisado por meio de diversas vertentes, como será visto neste artigo, no estudo do território há um tensionamento provocado por relações de poder de diversos grupos sociais em um determinado espaço. Assim, tais tensões podem resultar na apropriação simbólica e na incorporação de uma dimensão identitária ao território.

Essa identidade vinculada ao território está relacionada mais ao espaço concebido do que efetivamente ao vivido. Pode estar mais relacionada ao discurso ideológico atuante no território do que nas práticas efetivas de seus diversos grupos sociais. Ela pode ser construída deslocada das experiências do vivido, das práticas cotidianas. É, como afirma Cruz (2007), produto das representações do espaço, ligadas a uma ordem distante e abstrata, fruto de discursos ideológicos, políticos e científicos de sujeitos hegemônicos como o Estado, o grande capital, os políticos, a mídia.

Esses grupos sociais, inseridos em uma estrutura de poder multiescalar assimétrica, possuem maior possibilidade de ter seus interesses atendidos, em detrimento de outros grupos. Para que tais interesses sejam internalizados por todos, utilizam-se de discursos construídos com base em ideologias hegemônicas e amplificados pelos meios de comunicação.

A identidade, assim, se relaciona com diversos conceitos, como o de territorialidade, ideologia, Estado e território, e pode ser utilizada como instrumento de controle territorial e legitimação de discursos. No presente artigo, busca-se discutir essas questões colocadas com base em autores consagrados das ciências humanas em geral, com enfoque na geografia cultural.

O presente artigo é estruturado em seis seções. Faremos inicialmente uma breve discussão sobre o conceito de território e como este se relaciona com o conceito de identidade. Na seção seguinte, com base nessa relação, discutiremos o caráter político do território e como este é influenciado na contemporaneidade, em um mundo mais globalizado e tecnificado. Em uma sociedade mais complexa, desigual e conectada, analisaremos, na seção seguinte, como as ideologias influenciam a constituição das identidades e, conseqüentemente, a dimensão simbólica do território.

As análises realizadas anteriormente embasam a seção central do artigo, intitulada “A constituição da identidade territorial”. Como o nome diz, além de unir os conceitos de identidade e território em um único conceito, o discutiremos relacionando com o Estado, as ideologias e a territorialidade no contexto contemporâneo. Por último, teceremos as considerações finais e as referências utilizadas.

2. O CONCEITO DE TERRITÓRIO NA COMPOSIÇÃO DA IDENTIDADE

Dois autores muito utilizados no Brasil em estudos estruturados em torno do conceito de território são Rogério Haesbaert e Claude Raffestin. Raffestin, geógrafo suíço e professor na Universidade de Genebra, possui, como principal obra traduzida no Brasil, *Pour une géographie du pouvoir*, de 1980 (editado no Brasil em 1993 com o título *Por uma Geografia do Poder*). Esse autor compreende o espaço como algo anterior ao território, sendo que o território é o “resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

A importância da apropriação espacial por um ator sintagmático com sua conseqüente territorialização do espaço auxilia no entendimento do ponto de vista do autor sobre território, que é discutido focando nas relações de poder entre instituições, grupos sociais e indivíduos. Essas relações são examinadas dentro de um sistema territorial que pode ser compreendido de acordo com um sistema de tessituras, nós e redes que se imprimem no espaço, organizados de forma hierárquica por meio de uma diferenciação funcional (RAFFESTIN, 1993). O conceito de poder de Raffestin é fortemente influenciado por Michel Foucault, que o vê sendo exercido por diversos agentes, a partir de inúmeras circunstâncias presentes em qualquer relação.

Haesbaert (2002) também recebe influência de Foucault, principalmente em suas análises sobre microterritórios, mesmo utilizando autores de outras correntes de pensamento, como Henry Lefebvre e David Harvey. Haesbaert, mesmo afirmando que não há uma conceituação clara do que vem a ser território, em seu livro *O mito da desterritorialização*, de 2004, agrupa em quatro vertentes básicas as concepções desse conceito: jurídico-política, simbólico-cultural, econômica e naturalista.

A primeira vertente analisa o território por meio das relações de poder, institucionalizadas ou não, no espaço. A segunda examina o território enquanto apropriação simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido. Quanto à vertente econômica, as análises territoriais baseiam-se na relação capital-trabalho. Já a naturalista concebe o território com base na relação sociedade-natureza.

Ele sintetiza tais vertentes afirmando que a concepção de território pode ser concebida “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p. 79), ainda que, segundo sua concepção, o território se defina por meio da conjugação de “processos mais concreto-funcionais e simbólico-identitários, ou seja, o espaço incorpora sempre de alguma forma, uma dimensão ‘identitária’, nem todo território necessita ter uma clara e preponderante ‘carga simbólico-identitária’ na sua constituição” (HAESBAERT, 2015, p. 103). Assim sendo, por mais que haja uma dimensão identitária no processo de territorialização, tal dimensão, dentro da lógica capitalista, fica em segundo plano quando comparada com aspectos material-funcionais do território.

Dentre diversos autores que influenciaram as discussões de Haesbaert, Henry Lefebvre, sociólogo marxista francês, teve uma importância essencial. Lefebvre utilizou os conceitos de prática espacial, espaço de representação e representações de espaço na sua teoria de produção social do espaço. Para ele, as representações do espaço estão “ligadas às relações de produção, à ordem que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos” (LEFEBVRE, 2006, p. 59), caracterizando o espaço concebido¹. Enquanto isso, os espaços de representação apresentam simbolismos complexos, sendo o espaço vivido² por meio dos seus símbolos e imagens que o acompanham.

Para os teóricos da geografia cultural, o território é o lugar do vivido a partir do percebido³ e do concebido. Dentro dessa acepção, a cultura é “definida pelas relações históricas de um povo, que dão sentido ao mundo vivido num território que se torna lugar” (ROCHA; ALMEIDA, 2005, p. 1). Estamos sempre num processo de formação cultural. O vivido está diretamente relacionado com o espaço geográfico, os fixos e os fluxos, as pessoas, os objetos e as instituições, relacionando-se intersubjetivamente. O território é, assim, o vivido a partir do que é percebido (por meio de representações mentais materializadas, que correspondem a lógicas de percepção e funcionalidades diversas), e do concebido (espaço dominante, elaborado intelectualmente, com um sistema de signos igualmente elaborado), como afirmam Rocha e Almeida (2005).

Merleau-Ponty, filósofo francês fenomenólogo, influenciado por Edmund Husserl⁴, coloca o ser humano como centro da discussão do conhecimento. Para esse autor, o ser humano, por meio de sua consciência perceptiva, após perceber um objeto em harmonia com sua forma, faz com que este, o objeto, entre em sua consciência – na do ser humano – como um fenômeno. A centralidade de sua análise encontra-se no percebido. Assim, ele define o percebido, em primeira pessoa: “a cada momento meu campo perceptivo é preenchido de reflexos, de estalidos, de impressões táteis fugazes que não posso ligar de maneira precisa ao contexto percebido e que, todavia, eu situo imediatamente no mundo” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 5-6), sem nunca confundi-los com suas próprias divagações.

Nessa interpretação, o território possui seu significado na materialidade visível e mensurável e em todo um conjunto de relações entre elementos, inclusive no intangível e no invisível. O território é movimento e fluidez, é relacional ao incluir processos sociais e espaço material (ALMEIDA, 2015). Pela abordagem da geografia cultural, outros conceitos ganham força na

discussão de território, como discurso, ideologia, identidade e cultura. Rocha e Almeida (2015, p. 12) ilustram a polissemia e a diferença de abordagens na discussão sobre território:

Na Geografia Cultural, território não é categoria enquanto elemento de apropriação. É diferente do território ratzeliano. É diferente do território dentro da análise da Geografia Crítica, em que o vivido é definido pelas relações de trabalho que englobam a existência e a subsistência. Quem define o território, na concepção pós-moderna, é a identidade cultural. Nessa acepção, o território é o lugar do vivido a partir do percebido e do concebido, ou, em outras palavras, o lugar é concebido a partir do vivido. Para se entender o território, busca-se analisar a identidade cultural através do coletivo de suas festas, seus ritos, seus mitos, suas crenças, no simbólico, enfim na sua história.

A história dá sentido ao mundo vivido, a lugares, forma territórios. Torna-se, assim, imprescindível estudar a história de formação do território, o que é vivido, percebido e concebido em seu interior. Necessita-se entender as dinâmicas que originaram as relações territoriais de poder, sua simbologia, o discurso que esconde a realidade e descortina um sistema de pensamento. Isto é, uma ideologia reflexo e resultado dessas dinâmicas históricas. Discutiremos o conceito de ideologia na seção 4 do presente artigo.

O território é, nesse contexto, um conceito dinâmico e de grande dimensão simbólica. Se uma comunidade interage de determinada forma com o ambiente, essa interação gera e é gerada por certo reconhecimento em seu agir individual e coletivo. Pode ser assim considerado um processo de territorialização espacial, cujo simbolismo serve como protagonista nesse processo. Esse simbolismo nos auxiliará, no presente estudo, nas discussões sobre identidade e como esta se relaciona com o território pela perspectiva da geografia cultural.

3. TERRITÓRIO POLÍTICO E IDENTIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

Como dito, o conceito de território é relacional. Pressupõe a existência de relações de poder incessantes e multiescalares. Gómez (2001), em *Razon y pasion del espacio y el territorio*, discorre sobre a influência de um conjunto de vínculos de domínio, de poder, de pertencimento ou mesmo de apropriação no território, revestindo-se de uma dimensão política que não pode ser ignorada. Em compensação, o mesmo autor, nessa obra, apesar de destacar essa dimensão política, também reconhece que as dimensões identitária e afetiva também são imprescindíveis no território.

É necessário considerar o caráter político dentro da vertente jurídico-política do território descrito por Haesbaert (2004). Por essa vertente, o que é concebido e o que é percebido são frutos de ideologias e da atuação de sujeitos e grupos sociais que possuem maiores condições de terem seus interesses atendidos perante o restante dos indivíduos da sociedade, possuindo os meios de estabelecerem suas vontades na arena política territorial.

A dinâmica em que esses sujeitos hegemônicos se diferenciam dos demais e acumulam poder, bem como o processo de territorialização dos espaços, é fortemente dependente do tempo histórico e das características do meio. E, de acordo com Santos (2000), com as modificações no meio técnico-científico-informacional, as dinâmicas de T.D.R. – territorialização, desterritorialização e reterritorialização – também se modificam.

Um dos pensadores da pós-modernidade que foca suas reflexões nessa leitura da realidade contemporânea é Zigmunt Bauman (2001), sociólogo polonês que cunhou a noção de modernidade líquida⁵, a fluidez característica do território na contemporaneidade e sua conseqüente (ou seria a causa?) fluidez das identidades. O autor ainda acusa a importância central do consumo na construção da identidade individual e de grupos, a busca pela orientação, estabilidade e orientação pessoal em fontes cada vez mais díspares, desmanchando referências espaciais em medidas de tempo cada vez mais instantâneas (BAUMAN, 2001), com o que estamos de acordo.

Como abordar o enraizamento, a sensação de pertencimento e os laços afetivos em um território se a tendência é exatamente ocorrer o inverso? Se a indeterminação, a imprevisibilidade, a fragmentação identitária e o dinamismo constante são algumas características da sociedade vivente nessa modernidade líquida, como tratar do conceito de território sem cair em reducionismos analíticos?

Não há como simplificar a análise de um mundo altamente complexo, que se modifica e se reinventa a um ritmo incessante, sob o risco de se cair em reducionismos analíticos. Saquet (2015a, p. 25) discorre sobre a contemporaneidade apresentando o aumento da complexidade na análise territorial, em uma realidade relativa: os territórios e as territorialidades são não somente vividos e percebidos, mas também compreendidos de formas “distintas; são substantivados por relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; diversidade e unidade; (i)materialidade”.

Utilizaremos aqui o conceito de Raffestin (1993) de territorialidade. Ele afirma que a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam dentro da sociedade, em determinado espaço e tempo. Essas relações são mediatizadas, simétricas ou assimétricas com a exterioridade, se inscrevendo no quadro de produção, troca e consumo das coisas. Ela se manifesta em todas as escalas sociais e espaciais, sendo consubstancial a todas as relações.

O trabalho do geógrafo aqui se expande, seu escopo teórico-metodológico é ampliado, a busca de respostas igualmente se torna mais complexa. A realidade descrita por Bauman (2001) revela fatos intangíveis⁶, e mesmo invisíveis, que possuem o poder de influenciar decisivamente toda a análise territorial. Vivemos a era do triunfo da imagem, do simulacro enquanto verdade, do dito pelo não-dito. Estamos diante de um poder que, como diz Almeida (2013, p. 45), “é cada vez mais invisível, menos identificável, por ter se deslocado de atores e protagonistas visíveis para grupos e conglomerados sem uma localização precisa”. A autora conclui que essa invisibilidade é o resultado de um complexo processo no qual confluem volatilidade, mobilidade, fusões e mesmo alianças insólitas.

Esses grupos e agentes possuem territorialidades e formas de apropriação distintas daquelas das comunidades ali viventes, processos de territorialização diversos, relações afetivas também diferentes. Inclusive poderíamos falar de uma geografia emocional, na medida em que a relação afetiva da comunidade com sua terra e entre membros dela mesma influencia sobremaneira a própria configuração espacial do território.

O advento de geossímbolos⁷ é uma mostra de que a cultura não se limita a ser uma agente organizadora do espaço. A cultura penetra o espaço por meio de um entrelaçado de signos, figuras e sistemas espaciais que são a representação simbólica da concepção que os homens fazem do mundo (BONNEMAISON, 2002). O território, assim, também se constrói como um símbolo, já que:

[...] ele se forma em torno de polos geográficos representantes dos valores políticos e religiosos que comandam sua visão de mundo. Assim, entre a construção social, a função simbólica e a organização do território de um grupo humano, existe uma inter-relação constante e uma espécie de lei de simetria (BONNEMAISON, 2002, p. 106).

Na modernidade líquida, os agentes, grupos e conglomerados sem localização precisam inserir-se em um ambiente de desregulamentação e diminuição da centralidade dos Estados-Nação na geopolítica mundial. Esses agentes possuem o poder, além de moldar e de se apropriar de determinados territórios, também de dar um caráter simbólico, mesmo que de forma tecnicizada e homogeneizante, a porções de terra e construções pertencentes a esse território. O próprio Estado-Nação se estrutura na criação de discursos e ícones para narrar sua história, criando e ressignificando geossímbolos (termo de BONNEMAISON, 2002) e contando a história de acordo com as

perspectivas mais convenientes ao seu projeto de nação, dentro de uma miríade de interesses e tensionamentos de poder existentes no processo.

Se o afetivo é uma dimensão que reveste a ideia de território, esse processo de afeição também pode ser concebido dentro de um projeto de desenvolvimento territorial elaborado por agentes estranhos ao território. Esse projeto seria influenciado por ideologias diversas, seja por meio de conglomerados sem localização precisa, seja pelo Estado-Nação.

Saquet (2015b, p. 312) afirma que o território, com esse significado mais próximo de lugar e enfocando o afetivo, é “resultante de relações sociais, das identidades, diferenças e desigualdades, gerando e sendo influenciado, muitas vezes, por identidades territoriais”. Nessa concepção, ele defende que as políticas públicas possam atender às singularidades e particularidades de cada território, ativando sinergias existentes entre sujeitos, grupos e classes.

Interessante notar o papel da identidade territorial nessa concepção de território. Ela tanto influencia quanto é influenciada no processo de formação territorial. A identidade territorial exprime e é exprimida pela cultura (ou pelas culturas), pelo sentimento de pertencimento, pelas relações afetivas, pela dinâmica em que as relações de poder se estabelecem na arena política.

O território, assim, é um espaço de identidade. Essa identidade se relaciona com as ideologias, com os discursos e as manifestações simbólico-sociais, com as representações sociais. Consequentemente, as políticas públicas territoriais, tanto aquelas materializadas pelo Estado quanto por outros grupos sociais, terão um componente ideológico em sua constituição, podendo se refletir no processo de constituição da identidade.

Castells (2006) exemplifica essa dinâmica por meio da realidade encontrada nos Estados Unidos da América, ocorrendo também em diversos outros países, inclusive o Brasil. O autor, em sua explicação sobre o enfraquecimento do Estado-Nação e sua reestruturação por meio da descentralização do poder e do fornecimento de maior autonomia a governos locais e regionais, afirma que essa autonomia “dá maior força às elites e às identidades dominantes nos próprios territórios, em detrimento dos grupos sociais não representados nessas instituições governamentais autônomas, ou ainda, relegados a guetos e marginalizados” (CASTELLS, 2006, p. 319).

Nessa realidade, ainda segundo esse autor, podem ocorrer dois diferentes processos: “identidades com tendências assimilativas utilizam seu controle das instituições regionais para ampliar a base social e demográfica de sua identidade”, e, concomitantemente, “sociedades locais entrincheiradas em uma posição defensiva transformam suas instituições autônomas em mecanismos de exclusão” (CASTELLS, 2006, p. 319). Assim, o Estado-Nação, mesmo que seja mais descentralizado e enfraquecido do que antes dos anos 1980, consegue influenciar, fortalecer, enfraquecer identidades por seu poder perante outros grupos sociais e pelas diversas relações que podem ser estabelecidas com grupos dominantes, inclusive ideologicamente, nesses locais e regiões.

4. IDEOLOGIA E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

A construção da ideologia, apesar de influenciada por aspectos históricos, culturais e sociais, não se vê dominada por eles. São aspectos que afetam, apesar de não serem decisivos. A ideologia constitui e é constituída pela realidade, sendo temeroso resumirmos a questão da construção ideológica a uma dicotomia determinismo x relativismo.

Mais do que uma construção deliberada, a ideologia é construída também de forma inconsciente, assimiladora de discursos passados, muitas vezes perpetuando preconceitos e colocando como normal e natural fatos que não o são. Ao mesmo tempo, é construída e moldada por meio de signos que visam a cristalização e perpetuação de determinado discurso.

Santos (2000), quando afirma que tudo é ideológico, que estamos em um mar de ideologias e que tudo é produzido por meio de ideologias sem aparentar sê-las, demonstra que, por mais que não pareça, por mais que não tenha sido moldada de forma consciente, a ideologia permeia os mais diferentes aspectos da vida do ser humano e as mais diversas coisas que nos rodeiam.

A própria organização territorial, a territorialização do espaço, também se dá influenciada por ideologias e por seus discursos que buscam legitimar ações por meio de sua naturalização e normalização. A construção de cidades planejadas no Cerrado brasileiro, como foi o caso de Goiânia, Brasília e Palmas, bem como sua configuração espacial, os traços arquitetônicos, as características urbanísticas, a localização e a função das urbes, são produtos de discursos construídos ideologicamente que representam as narrativas hegemônicas no Brasil no período histórico de suas fundações. Não apenas narrativas hegemônicas, mas nessas cidades há a reprodução de discursos que visavam legitimar as ações dos governos da época.

O território é repleto de ideologias, e as relações de poder que (re)constróem territórios também podem ser consideradas confrontos ideológicos, muitas vezes inconscientes. Seguindo o exemplo anterior, citaremos o caso da cidade de Goiânia, que representa essa ideia. Goiânia foi fundada na década de 1930, confrontando grupos políticos outrora hegemônicos da cidade de Goiás, sob o discurso de modernização e ocupação do Centro-Oeste brasileiro por meio da “Marcha para o Oeste”, fortemente apoiado pelo Estado Novo. A construção de Goiânia representaria a ruptura com o “atraso econômico”, com a “velha oligarquia”, com a decadência provocada por uma agricultura de subsistência realizada por uma população dispersa em áreas rurais.

Para isso, Goiânia significaria a antítese desse atraso, no caso, do que se propagava como sendo o atraso. Assim, a cidade foi planejada para ter largas avenidas, prédios públicos de arquitetura *art déco*, que representava uma arquitetura de vanguarda, urbanismo também alinhado ao que de mais moderno se produzia nos países centrais. De acordo com Moraes (2003), Goiânia era a antítese do Estado agrário, cuja capital tinha ruas estreitas e aparência de século XVIII. Toda a concepção da capital de Goiás e sua publicização foram construídas ideologicamente para representar uma ruptura com ideologias anteriormente dominantes e, conseqüentemente, de grupos políticos que representavam essas ideologias.

Portanto, não podemos deixar de investigar a importância das ideologias na construção dos territórios, na constituição dos Estados e suas políticas públicas e na formação das próprias identidades territoriais. É necessário ter a clareza de que, por trás dessas construções, esconde-se uma falsa consciência, individual e coletiva, que influencia e é influenciada pelas dinâmicas que estruturam essas identidades.

Considera-se, dessa forma, que a produção espacial, histórica e social das identidades também se dá por meio de ideologias construídas consciente e inconscientemente, reproduzidas e/ou perpetuadas por meio de discursos e materializadas na constituição do território. É no território que interagem diversas identidades, fluidas, fragmentadas, fugazes, mas que possuem características comuns que permitem uma identificação. A seguir, discutiremos o conceito de identidade territorial em si, de acordo com esse posicionamento adotado.

5. A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL

O conceito de identidade é empregado na Geografia e em diversas ciências humanas. Selecionaremos alguns autores com reconhecida importância nas discussões teóricas sobre esse tema e que mais se aproximam do que queremos discutir.

Stuart Hall⁸, destacado nome da Escola Britânica de Estudos Culturais, possui importante contribuição nos estudos de identidade, ideologia, representações e multiculturalismo. Suas publicações ocorreram no período entre 1960 e 2013, havendo algumas mudanças de pensamento ao longo de sua produção.

Em seu artigo “Who needs identity?”, de 1996, traduzido para o português e publicado em 2000, o autor busca fazer a ligação entre ideologia e identidade. Em uma das passagens do artigo, Hall (2000, p. 114) afirma que “se a ideologia é eficaz é porque ela age tanto nos níveis rudimentares da identidade e dos impulsos psíquicos quanto no nível da formação e das práticas discursivas que constituem o campo social”. Essa relação corresponde à ideologia enquanto construção consciente e

inconsciente. Nesse mesmo artigo, ao discutir o conceito de identidade, Hall (2000, p. 112) defende que “as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’, sempre, que elas são representações, e que a representação é sempre construída ao longo de uma ‘falta’, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro”⁹.

Essa noção de identidade se aproxima da de Erving Goffman, sociólogo canadense interacionista simbólico¹⁰, que conceituou, na década de 1960, a identidade enquanto posição social do sujeito. Ou seja, a sociedade nos dá uma série de papéis e identidades que são considerados normais (chamado de papel-identidade), mas há a autoidentidade, aquela da vida privada, quando não estamos sujeitos ao escrutínio público, o chamado “eu essencial”. Quando existe uma grande discrepância entre o papel-identidade e a autoidentidade, há a rotulagem negativa do indivíduo.

A conceituação de identidade dada por Mondardo (2009) reflete, assim como aquela de Goffman (2011), a relação do eu com o outro na estruturação de um conceito de identidade. Diferenciando-se de Goffman (2011), Mondardo (2009, p. 121) insere em sua discussão o imaginário e o simbólico, como visto a seguir:

As identidades, portanto, surgem de uma narrativa “ficcional”, mas que não diminui no processo sua eficácia discursiva material, simbólica e política, mesmo que essas identidades sejam apenas construídas pelo imaginário e, portanto, em parte, construída a partir de alguma fantasia e/ou invenção, esta terá eficácia na relação de pertencimento. Nesse sentido, o discurso toma centralidade importante para a produção da identidade. [...] O discurso aciona a identidade através da posição-de-sujeito, ou seja, a posição que os sujeitos assumem entre a divisão nós e eles; entre o eu e o outro.

A própria construção ideológica do sujeito e de sua identidade se baseia nesse estabelecimento de posições-de-sujeito estruturadas por meio do discurso. Althusser (1980) afirma que a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos mesmo antes de nascerem. Antes de nascer, já possuímos nosso lugar no mundo, teremos o sobrenome do pai, seremos doutrinados a seguir determinada religião, a amar nossa pátria. Essas ideologias materializam-se nos Aparelhos Ideológicos do Estado (conhecidos pela sigla AIE), definidos como “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1980, p. 43).

O autor reconhece as seguintes instituições como AIE: AIE religioso, AIE escolar, AIE familiar, AIE jurídico, AIE político, AIE sindical, AIE da informação e AIE cultural. Eles não se confundem com os aparelhos repressivos do Estado, e diversos possuem domínio privado. O Estado aqui se assume como a própria condição de existência do público e do privado (ALTHUSSER, 1980). Os AIE funcionam pela ideologia, enquanto os aparelhos repressores do Estado funcionam pela violência.

Na construção do discurso promovido pelos AIE, o processo de formação histórico-cultural influenciou ideologicamente a própria constituição das AIE. Assim, torna-se necessário o estudo de autores pós-coloniais¹¹, como, por exemplo, Ana Francisco de Azevedo, geógrafa portuguesa que enfatiza a relação do Outro com a construção identitária. O Outro, nesse caso, é comparado ao discurso imperial, dos colonizadores. É por meio desse discurso que o sujeito colonizado se reconhece como outro, oposto ao colonizador, em uma posição de subalternidade.

A autora afirma que, alicerçada sobre construções culturais de diferença e alteridade, a imaginação geográfica imperial e suas espacialidades entroncam em complexos processos de formação identitária, os quais são afetados por imagens estereotipadas e distorcidas que refletem o modo como outras foram absorvidas e importadas para o mundo ocidental. Por meio dessas construções identitárias estereotipadas do Outro, impõem-se fronteiras, barreiras, nas quais se situam esse Outro como abjeto, desprezível, e se assume uma rejeição deste como uma questão de “segurança” (AZEVEDO, 2007).

Para essa autora, na mesma obra, a construção de imagens e imaginários aprisionados pelo binômio essência/resíduo (ou eu/Outro) surge como base para as doutrinas de pensamento eurocêntricas. Essa construção ideológica é perpetuada por um discurso pós-colonial mediado por relações de poder anacrônicas e materializada na forma de práticas discursivas e simbólicas. A veiculação de estereótipos do Outro, de acordo com preconcepções da cultura hegemônica sobre esse Outro (independentemente se relacionado à sua cultura, à natureza etc.), tem o poder de conceber uma identidade subalterna, na qual o próprio Outro se vê efetivamente como um outro. Inclusive, o Outro pode adquirir e se ver com tais traços identitários estereotipados pela cultura hegemônica, o que é chamado por Azevedo (2007) de “identidade privilegiada”.

Esse é um fenômeno perceptível, por exemplo, nas relações ocorridas entre população local e turistas. A estereotipação de uma localidade e sua população por parte de turistas é às vezes incentivada pelo próprio poder público responsável pela divulgação de uma localidade enquanto destino turístico. O que ocorre é a concepção do *marketing* turístico de uma localidade baseada em concepções e pré-conceitos do público-alvo que se quer trazer, visando alinhar os desejos do turista à imagem do local. O turista, vindo de uma metrópole com características urbanas e bagagem cultural específicas pode, inclusive, involuntariamente, influenciar a identidade da população local. É o caso de, revelando e buscando encontrar seus estereótipos sobre ela, tal população se sinta obrigada a corresponder ao que se pensa e imagina sobre ela. Assim, ela internaliza tais estereótipos como características reais e estruturantes de sua cultura. Em último caso, essa população inclusive pode ter a ânsia de assimilar a cultura do turista, absorvendo as características culturais e reproduzindo-as em seu território.

Vejamos agora a conceituação de identidade proposta por Cruz:

[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato fixo, estável, permanente e definitivo, nem tampouco é completamente coerente, unificada, mas sim instável, contraditória, inacabada e contingente. É uma construção, um processo de produção relacional de significados sociais e culturais de uma determinada posição-de-sujeito, construída historicamente no movimento das relações de poder da sociedade. A identidade se realiza através das práticas discursivas e narrativas, do imaginário, da memória coletiva e dos símbolos usados para criar e sustentar performaticamente o consenso pelo menos temporário de uma posição de sujeito (CRUZ, 2007, p. 22).

A identidade, assim como o próprio ser humano em sua essência, é contraditória. Pelo próprio fato de poder ser concebida por uns e assimilada por outros (AZEVEDO, 2007), a identidade não é necessariamente coerente, estável, permanente e acabada. Possuímos múltiplas identidades, transitamos por entre identidades e possuímos muitos papéis-identidade (GOFFMAN, 2011).

Mesmo nossa autoidentidade – continuando com a terminologia de Goffman (2011) –, pode ser múltipla, fluida, transitória. Pelo fato de a identidade ser um processo de produção relacional, influenciado tanto por fatores objetivos quanto por fatores subjetivos, influenciando e sendo influenciada por tudo à nossa volta, torna-se bastante complexo seu estudo.

Não esqueçamos que a identidade está em constante construção e é dinâmica, aberta, múltipla. Pelos fatores que estão sendo expostos, não cabe a nós nos posicionarmos de forma determinista ou mesmo fragmentada, analisando apenas aspectos discursivos, ou culturais, ou simbólicos, mas sim estudar a forma como esses aspectos se relacionam na construção identitária.

Na modernidade líquida, esse posicionamento determinista se desfaz por completo. As identidades, com o advento de novas tecnologias e com todas as transformações pelas quais as sociedades urbanas passam em caráter global, se modificam em grande velocidade. E essas modificações identitárias podem influenciar a própria organização territorial e as dinâmicas de territorialização do espaço com uma multiplicação de agentes sociais. Esses agentes independem do espaço físico para atuar, complexificando e alterando as relações de poder existentes no território.

De acordo com Bauman (2001), a hiperinformação, a policulturalidade, a individualidade e a multiplicidade identitária são algumas das características da modernidade líquida. São, desse modo, fatores que colaboram para uma crise de representação do sujeito, tendo como consequência uma destruição de referenciais que balizavam o estudo do tema até o final do século XX.

Existem diversas consequências que o processo de globalização provocou nos mais distantes pontos do globo terrestre, seja na configuração urbana, seja nos conflitos do campo: a tecnificação da sociedade, os processos de desterritorialização e reterritorialização de comunidades, a “revolução verde”, a intensificação da divisão internacional do trabalho, a financeirização da economia, entre diversas outras. O processo de globalização se complexifica e se aprofunda pautado pelos avanços provocados pelo meio técnico-científico-informacional¹², modificando profundamente as relações dos grupos sociais.

Obviamente, essa reestruturação social provocada pelo meio técnico-científico-informacional também alterou a dinâmica das identidades e as formas como estas se constroem e se manifestam. Com a expansão do capital, que ocasionou a ampliação de empréstimos e financiamentos, desregulamentação das mais diversas atividades econômicas, ascensão do neoliberalismo e consequente enfraquecimento do Estado-Nação, a manifestação da identidade se modifica.

A estrutura da identidade é aberta, havendo antagonismos sociais que produzem diversas posições de sujeito (HALL, 2006). Desestabilizam-se, assim, identidades do passado. Ora, o ser humano anseia por ter identidade, por ter um sentimento de pertença, uma segurança. Por mais que, em curto prazo, possa gerar certa excitação, como defende Bauman (2005, p. 35), a ansiedade surge nesse “flutuar sem apoio em um espaço pouco definido”. O próprio ato de identificar-se, para esse autor, significa dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode nem influenciar nem controlar.

As já citadas características do período pós-moderno fazem com que haja uma tensão entre o global e o local em relação à transformação das identidades. Os fluxos culturais incessantes do global permeando o local aprofundam o fenômeno de identidades partilhadas, independentes no espaço real, compartilhadas instantaneamente de forma virtual. Esses fluxos, já o dissemos, não são homogêneos temporal e espacialmente falando, sendo desigualmente distribuídos ao redor do planeta. Hall (2006) considera isso positivo e afirma que essa desigualdade possui um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação.

Castells (2006) teoriza que, mais do que o aumento da tensão entre o global e o local na concepção de identidades territoriais, há um aumento de concorrência sutil e problemática de sujeitos com poderes reais de influenciar tais identidades. Como uma das consequências do já colocado enfraquecimento do Estado-Nação, este se encontra submetido a uma concorrência de fontes de poder indefinidas e indefiníveis, supra e subnacionais. Castells (2006) cita diversos exemplos de formas de poder, como redes de capital, instituições internacionais, organizações não-governamentais, comunidades, gangues, religiões transnacionais, entre outros. Obviamente, a forma como tais formas de poder atuam pode variar, de acordo com as condições de cada território.

O próprio impacto dos movimentos sociais, como explica Hall (2006), colabora na multiplicação e afirmação de novas identidades. Dentro de múltiplas possibilidades, atualmente, tornou-se corrente mencionar inclusive uma construção de políticas de identidade fomentadas por tais movimentos, seja por gênero, condição social, etnia, entre outros.

A estrutura identitária de um indivíduo pode contar com dezenas de identidades, metamorfoseando em diversas configurações, dando novos sentidos a velhas identidades, fragilizando-as e as tornando provisórias, se apresentando como relacional ou escalar. Há uma estrutura identitária formada por identificações sociais das mais diversas: nação, gênero, religião, gosto musical, profissão, gastronomia, etnia, território, entre diversos outros. É conveniente trazer o entendimento de que identidades sociais são conformadas por diferentes premissas, expectativas e procedimentos interpretativos, contextualizados na cultura matriz (SANTANA, 2009).

Quanto mais fortes forem as territorialidades estabelecidas por vínculos identitários determinados historicamente, mais complexos serão os embates e ajustes. Essas territorialidades, além dos vínculos identitários históricos, sujeitam e estão sujeitos a novas identidades, novas temporalidades.

Sobre as territorialidades, Le Bossé (2013, p. 228) afirma que “no sentido das modalidades práticas e simbólicas pelas quais um grupo define e controla seu território, a territorialidade revela a identidade do lugar; ela é, ao mesmo tempo, o produto e a expressão de um ponto de vista interno e inclusivo”. Esse ponto de vista interno e inclusivo do grupo identitário é soldado pela percepção e representação do outro dentro de uma visão ideologizada.

A identidade territorial, e sua própria valorização, pode ser compreendida como uma produção ideológica espacializada. Haesbaert (1999) defende que muitas vezes a própria produção da identidade territorial é marcada pela segregação e autosegregação, sendo que as territorialidades podem ser projetadas por práticas sociais, mercado, estratégias de discursos políticos, entre outros meios.

Assim, como assevera Claval (2007, p. 181), o próprio sentimento de identidade possui consequências geográficas “aparentemente contraditórias: eles favorecem, através do sentimento de territorialidade, a emergência de espaços culturalmente homogêneos, e, ao mesmo tempo, permitem aos indivíduos ou aos grupos manterem suas especificidades”, mesmo quando misturados entre si. As territorialidades, que podem ser concebidas por diversos fatores, de acordo com Haesbaert (1999), favorecem o surgimento de espaços homogêneos que representam especificidades de grupos.

A identidade territorial não é a projeção perfeita de um território. No entanto, pode ser uma eficiente estratégia para conseguir o controle territorial, ou seja, a identidade territorial é muito utilizada como tática para imposição de poder (GOMES, 2005). Claval (2013, p. 132) complementa que “os problemas do território e a questão de identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades”. Nome de ruas, estátuas, configuração dos prédios públicos, praças, parques, arquitetura: são diversos os signos que ajudam a conferir uma identidade própria às cidades, auxiliando na concepção identitária delas.

Dessa forma, é possível que a identidade territorial seja utilizada como instrumento de controle territorial por governos e grupos nacionalistas, podendo ser construída discursivamente por meio do recorte territorial. Toda a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente por meio do território, salienta Haesbaert (1999), ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá no campo das ideias e na realidade concreta. Um dos aspectos fundamentais para a estruturação da identidade territorial está na alusão ou referência ao território. Assim sendo, o referente simbólico central dessa construção parte do ou perpassa o território.

A construção da identidade territorial se dá, assim, ao longo das relações de domínio e apropriação do espaço, nas mediações espaciais do poder. Segundo Cruz (2007), a identidade territorial pressupõe dois elementos fundamentais: o espaço de referência identitária e a consciência socioespacial de pertencimento. O primeiro elemento refere-se ao recorte espaço-temporal em que se realiza a experiência cultural e social. Essa experiência é onde são forjadas tanto as práticas materiais, como organização, forma de uso e produção do espaço, quanto as representações espaciais, como formas de significação, simbolização e imaginação do espaço. O segundo elemento fundamental para a construção da identidade territorial é a consciência socioespacial de pertencimento, definida por Cruz (2007, p. 26-27) como:

O sentido de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os nossos sentimentos de pertencimento e reconhecimento como indivíduos ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. Não é algo natural ou essencial, é uma construção histórica, relacional, contrastiva, já que consciência de pertencimento e identidade não são uma “coisa em si” ou “um estado ou significado

fixo”, mas uma relação, uma “posição relacional”, uma posição de sujeito construída na e pela diferença.

O segundo elemento legitima as práticas do primeiro, sendo que este é formado pela soma do espaço vivido, que inclui modos de vida e expressões culturais, mais o espaço concebido, as representações do espaço como imagens, planos, teorias e ideologias geográficas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade territorial, sendo uma identidade social fundamentalmente definida por meio do território, é forjada histórica e socialmente, sendo relacional e marcada pela diferença. Pode ser compreendida como uma produção ideológica espacializada, cujas territorialidades podem ser projetadas por práticas sociais, por estratégias discursivas, pelo mercado. Não é naturalmente produzida de forma equânime pelos diversos grupos sociais que compõem o território, mas baseada em uma estrutura de poder multiescalar assimétrica econômica, política e simbolicamente.

Por mais que o território seja o lugar do vivido a partir do percebido e do concebido ou, em outras palavras, o lugar é concebido a partir do vivido, a identidade territorial, por meio dessa estrutura assimétrica de poder, pode estar mais relacionada ao espaço concebido do que efetivamente ao vivido, mesmo que ambos interfiram em seu processo de construção. Pode estar mais relacionada ao discurso ideológico atuante no território do que nas práticas efetivas de seus diversos grupos sociais. Pode ser construída de forma deslocada das experiências do vivido, das práticas cotidianas.

Assim, a identidade territorial é produto das representações do espaço, ligadas a uma ordem distante e abstrata, fruto de discursos ideológicos, políticos e científicos de sujeitos hegemônicos, como o Estado, o grande capital, os políticos e a mídia. Pode ser utilizada como instrumento de controle territorial, legitimando discursos hegemônicos. Concluímos, dessa forma, que, para a compreensão da identidade territorial, deve-se realizar seu estudo acerca de como ideologias são materializadas no inconsciente coletivo, influenciando os mais diversos aspectos de nossa existência como indivíduos e como sujeitos integrantes de uma coletividade.

NOTAS

¹ Lefebvre (2006, p. 66) define o espaço concebido como “o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção)”, aquele dos cientistas, dos planejadores, em que as próprias concepções do espaço tenderiam para um sistema de signos elaborados intelectualmente.

² É o “espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar” (LEFEBVRE, 2006, p. 66). O espaço social é a expressão mais concreta desse espaço vivido.

³ Dentro da teoria do espaço social lefebvriana, o espaço percebido é um dos três momentos da produção social do espaço, junto com os já colocados espaço vivido e espaço concebido. O espaço percebido é o espaço das práticas socioespaciais oriundas de relações específicas derivadas de atos e valores de cada formação social. Essas representações mentais materializadas podem atribuir funcionalidades diversas, que correspondem a lógicas de percepção da reprodução social também diversas.

⁴ Filósofo alemão que estabeleceu a escola da fenomenologia na busca por uma ruptura com o positivismo característico de sua época, no final do século XIX e início do século XX.

⁵ Esse autor (2001) entende a modernidade líquida como uma condição global caracterizada por mudanças contínuas, fluxos e incertezas. Dentre as características dessa condição, ele cita a diminuição da importância do conhecimento científico e dos agentes que o dominam, inclusive sendo colocados como causas de problemas sociopolíticos e ambientais, ao invés de solução. O mundo conhecido é um mundo de incertezas: incertezas no emprego, na educação, no bem-estar. É um mundo que vê o desmanche do Estado de Bem-Estar Social, em especial no tocante aos domínios da educação superior, da habitação e da assistência médica.

⁶ O intangível, apesar de ser invisível, é de difícil apreensão. Como atribuir valores ao que não pode ser analisado quantitativamente? Como medir a beleza de uma paisagem ou a apropriação cultural de uma comunidade autóctone que passa a trabalhar com atividade turística, recebendo visitantes de diversas culturas?

⁷ Conceito criado pelo geógrafo Joël Bonnemaison, o geossímbolo remete à verificação terrestre de mitos, desenhando na terra uma linguagem simbólica, “uma espécie de escrita codificada a partir da qual o grupo lê, difunde e reproduz sua própria visão de mundo” (BONNEMAISON, 2002, p. 123).

⁸ Sociólogo jamaicano e importante teórico cultural, foi um dos fundadores da Escola de Birmingham de Estudos Culturais, também conhecida como Estudos culturais britânicos. Morreu no ano de 2014.

⁹ O “Outro”, com letra maiúscula, refere-se, no presente artigo, ao sentido lacaniano do termo, ou seja, ao sentido dado pelo psicanalista francês Jacques Lacan. Nas palavras do autor, o Outro vem a ser “o lugar em que o discurso do sujeito ganharia consistência, e onde ele se coloca para se oferecer a ser ou não refutado” (LACAN, 2008, p. 24). O Outro antecede o sujeito, possui uma função simbólica na constituição do sujeito. Revela a origem do sujeito, seja sua cultura, sua identidade, sua espécie, sua consciência enquanto parte de um todo, tornando o sujeito elo na própria construção desse Outro. Nota-se, assim, que a constituição do sujeito não ocorre sem um assujeitamento do indivíduo, que poderíamos dizer que também corresponde a certa alienação, em relação ao discurso do Outro.

¹⁰ Segundo Thorpe *et al.* (2015, p. 192), o interacionismo simbólico é uma tradição teórica social norte-americana que foca nas “microinterações e trocas entre os indivíduos e pequenos grupos de pessoas, em vez das relações no nível macro, impessoal, entre as estruturas ou instituições sociais e indivíduos [...]. A ideia básica por trás do pensamento simbólico-interacionista é que o eu individual é, acima de tudo, uma entidade social”. De acordo com essa tradição teórica, mesmo o aspecto mais aparentemente idiossincrático do nosso eu não é somente produto de aspectos psicológicos, mas é socialmente determinado e contingente cultural e historicamente. Ou seja, defende-se o determinismo social na produção ideológica e na formação identitária.

¹¹ Derek Gregory conceitua os estudos pós-coloniais como “uma formação político-intelectual crítica que tem como preocupação central o impacto do colonialismo e sua contestação nas culturas dos povos colonizados e colonizadores do passado, bem como a reprodução e transformação das relações coloniais, representações e práticas no presente” (GREGORY, 2000, p. 612 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 31). Mais envolvida com abordagens pós-estruturalistas, nos estudos pós-coloniais busca-se compreender esses processos por meio da análise das culturas e formações discursivas do colonialismo, atendendo a aspectos de construção do objeto e da representação do poder. Assim, há uma leitura crítica do discurso colonial como forma de enfatizar seus problemas interpretativos (AZEVEDO, 2007, p. 33).

¹² Um dos legados teóricos do geógrafo Milton Santos, que analisa a produção e reprodução do meio geográfico por meio do processo de globalização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. A propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na geografia cultural. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, v. 9, n. 11, p. 41-50, jan./jun. 2013.

ALMEIDA, M. G. Diáspora: Viver entre-territórios e entre-culturas? *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Território e territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 173-193.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Traduzido por Joaquim José de Moura Ramos. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

AZEVEDO, A. F. Geografias pós-coloniais: Contestação e renegociação dos mundos culturais num presente pós-colonial. *In*: PIMENTA, J. R.; SARMENTO, J.; AZEVEDO, A. F. **Geografias pós-coloniais**: Ensaios de Geografia Cultural. Porto: Figueirinhas, 2007. p. 31-69.

BAUMAN, Z. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Traduzido por Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural: Um século (III)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Traduzido por Klauss Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Traduzido por Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis: EdUFSC, 2007.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. Traduzido por Lara Neves Soares e Marcela Burger Sotto-Maior. *In*: ALMEIDA, M. G.; ARRAIS, T. A. (Org.). **É geografia, é Paul Claval**. Goiânia: FUNAPE, 2013. p. 122-143.

CRUZ, V. C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. *In*: BEZERRA, A. C. A. *et al.* (Org.). **Itinerários geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007. p. 13-35.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES, P. C. C. Sobre territórios, escalas e responsabilidade. *In*: HEIDRICH, A. L. *et al.* (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: A resignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 37-45.

GÓMEZ, G. M. Razon y pasión del espacio y el territorio. *In*: GÓMEZ, G. M. **Espacio y territorios: Razón, pasión e imaginarios**. Bogotá: Unobiblos, 2001. p. 15-32.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: Espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Território e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 91-117.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. *In*: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 169-190.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T. T. **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 103-133.

LACAN, J. **O seminário: Livro 16 – De um Outro ao outro**. Traduzido por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural: Algumas concepções

contemporâneas. Traduzido por Márcia Trigueiro. *In*: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia cultural**: Uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 221-232. – (Volume II).

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Traduzido por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). [*S.l.: s.n.*], fev. 2006.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MONDARDO, M. C. Identidades territoriais e globalização: A relação entre espaço, política e cultura no processo de des-re-territorialização. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p. 111-137, jan./jul. 2009.

MORAES, L. M. **A segregação planejada**: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Traduzido por Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, L. B.; ALMEIDA, M. G. Algumas reflexões sobre cultura, território e mundo-vivido na abordagem da geografia cultural. **Geonordeste**, São Cristóvão, ano XIX, n. 2, p. 125-142, 2005.

SANTANA, A. **Antropologia do turismo**: Analogias, encontros e relações. Traduzido por Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, M. **Território e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015a.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015b.

THORPE, C. *et al.* **O livro da sociologia**. Traduzido por Rafael Longo. São Paulo: Globo, 2015.

Data de submissão: 16.10.2017

Data de aceite: 02.09.2020

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.